

# EDP Transmissão Goiás S.A.

CNPJ/ME nº 07.779.299/0001-73



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

**Senhores Acionistas:**  
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Nota	31/12/2024	31/12/2023	
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	74.750	640.437	Fornecedores	18	30.681	19.426
Disponibilidade da rede elétrica	6	54.261	38.636	Debêntures	20	69.476	98.672
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7	4.257	1.584	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21	11.170	11.990
Outros tributos compensáveis	7	8.563	10.755	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	7	184	9.772
Estoques	10	7.257	12.728	Outros tributos a recolher	7	21.078	19.754
Ativos da concessão	12	312.221	248.487	Tributos diferidos	8	28.846	21.063
Parcela de ajuste	14	42.655		Dividendos	19	65.560	521.041
Outros créditos	13	20.894	12.635	Encargos Setoriais	23	2.881	3.131
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>524.858</b>	<b>965.262</b>	Provisões	24	6.723	5.636
<b>Não circulante</b>				Parcela de ajuste	14	14.397	8.009
Cauções e depósitos vinculados	11	15.080	13.716	Outras contas a pagar	13	10.248	9.234
Ativos da concessão	12	1.624.106	1.506.019	<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>261.244</b>	<b>277.728</b>
Parcela de ajuste	14	99.373		<b>Não circulante</b>			
Outros créditos	13	158	311	Debêntures	20	479.236	447.975
		<b>1.738.717</b>	<b>1.520.046</b>	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	21	53.308	62.951
Investimentos	17	18.599	40.208	PIS e COFINS diferidos	8	153.384	131.825
Propriedades para investimentos	532	532		Imposto de renda e Contribuição social diferidos	8	460.922	355.455
Imobilizado	15	17.050	16.699	Encargos Setoriais	23	1.019	2.273
Intangível	16	8.971	8.202	Provisões	24	11.736	8.488
		<b>45.152</b>	<b>65.641</b>	Parcela de ajuste	14	9.905	4.773
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>1.783.869</b>	<b>1.585.687</b>	Outras contas a pagar	13	6.036	3.955
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.308.727</b>	<b>2.550.949</b>	<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>1.175.546</b>	<b>1.017.695</b>
				<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
						<b>2.308.727</b>	<b>2.550.949</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2024	2023		Capital social	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
<b>Receitas</b>	26	<b>681.728</b>	<b>541.922</b>	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>328.750</b>	<b>843.286</b>	-	<b>(126)</b>	-	<b>1.171.910</b>
<b>Custos</b>				Dividendo adicional aprovado - AGO de 28/04/2023	(61.810)				(61.810)	
Custo de operação		(68.878)	(49.469)	Reservas de capital	(452.726)				(452.726)	
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(141.043)	(175.575)	Lucro líquido do exercício					228.492	228.492
<b>Lucro bruto</b>	27	<b>(209.921)</b>	<b>(225.044)</b>	Destinação do lucro						
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>	28	<b>471.807</b>	<b>316.878</b>	Constituição de reserva legal	11.425				(11.425)	
Despesas com vendas				Reserva de Dividendos a Deliberar	(18)				(18)	
Despesas gerais e administrativas				Dividendo adicional proposto	136.697				(136.697)	
Outras despesas e receitas operacionais				Dividendos intermediários (JSCP)					(80.370)	(80.370)
<b>Resultado antes do Resultado financeiro e tributos</b>				Outros resultados abrangentes						
<b>Resultado financeiro</b>	29			Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego					73	73
Receitas financeiras				Imposto de renda e contribuição social diferidos					(25)	(25)
Despesas financeiras				<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>328.750</b>	<b>476.872</b>	<b>(18)</b>	<b>(78)</b>	-	<b>805.526</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o Lucro</b>										
<b>Tributos sobre o lucro</b>	30			<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>328.750</b>	<b>476.872</b>	<b>(18)</b>	<b>(78)</b>	-	<b>805.526</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes										
Imposto de renda e contribuição social diferidos				<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>328.750</b>	<b>476.872</b>	<b>(18)</b>	<b>(78)</b>	-	<b>805.526</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>										
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>	31									
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)										
ON										
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.										

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2024	2023								
<b>Lucro líquido do exercício</b>										
Outros resultados abrangentes										
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado										
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	242	73								
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(81)	(25)								
	161	48								
<b>Resultado abrangente do exercício</b>										
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.										

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2024	2023								
<b>Geração do valor adicionado</b>										
Receita operacional	791.325	<b>638.546</b>								
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvídosa - PECLD	383.613	150.567								
Receita relativa à construção de ativos próprios		(148)								
2.273	8.996									
Receita de Construção	161.355	265.414								
Atualização dos Ativos da concessão	233.716	211.299								
Outras Receitas	10.368	2.418								
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(193.400)</b>	<b>(215.460)</b>							
Materiais	(2.225)	(2.441)								
Serviços de terceiros	(26.726)	(22.693)								
Custo com construção da infraestrutura	(143.316)	(184.571)								
Outros custos operacionais	(21.133)	(5.755)								

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**3.6 Redução ao valor recuperável**

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

**Ativos financeiros de concessão**

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

**Ativo não financeiro**

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

A Companhia monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade.

**3.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes**

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

**3.7.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes**

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não circulante; Passivos Não circulantes com Covenantes e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retornoarrendamento ( <i>sale and leaseback</i> ).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2024
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32 e CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7 / IAS 12 / IFRS 7	Pronunciamento	01/01/2024

OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade	O objetivo desta Orientação é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciaria a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral das concessionárias e permissões públicas de distribuição de energia elétrica brasileira.	Não há	Orientação	01/01/2024
---	---	--------	------------	------------

ICPC 19 - Tributos	Esta interpretação se refere a quando reconhecer uma obrigação de pagar tributo que é contabilizada conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	IFRIC 21	Interpretação	01/01/2024
--------------------	--	----------	---------------	------------

ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custo (funding) Mínimo e sua Intereração	Esta Interpretação se aplica a todos os benefícios definidos pós-emprego e outros benefícios definidos de longo prazo aos empregados. Para a finalidade desta Interpretação, os requisitos de custeio (funding) mínimo são quaisquer requisitos para custeio (funding) de plano de benefício definido pós-emprego ou outro de longo prazo.	IFRIC 14	Interpretação	01/01/2024
---	--	----------	---------------	------------

CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	Estão sendo propostos ajustes pontuais do texto, para melhor esclarecimento dos requisitos para a elaboração e divulgação da DVA, bem como uma nova seção, incluída ao final do Pronunciamento, para apresentar as suas origens e razões conceituais. Além disso, foi atualizado o elenco de contas modelo de DVA aplicável às companhias seguradoras, em função da vigência do Pronunciamento Técnico CPC 50 - Contratos de Seguro.	Não há	Pronunciamento	01/03/2024
--	--	--------	----------------	------------

Revisão 26: CPC 32 e CPC 48	Este documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro e CPC 48 - Instrumentos Financeiros em função de ajustes redacionais nos textos para maior aderência com as normas contábeis internacionais.	IAS 12 / IFRS 9	Pronunciamento	01/07/2024
-----------------------------	--	-----------------	----------------	------------

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

**3.7.2 Novas normas e interpretações não vigentes**

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 27: CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Este documento estabelece alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	IAS 21 / IFRS 1	Pronunciamento	01/01/2025
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronunciamento	01/01/2025

CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorpora ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronunciamento	01/01/2025
--	--	--------	----------------	------------

ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpretação	01/01/2025
---	---	--------	---------------	------------

OCPC 10 - Créditos de Carbono (ICO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (ICO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Orientação	01/01/2025
---	--	--------	------------	------------

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da norma é melhorar a forma como a informação é comunicada nas demonstrações financeiras de uma entidade, particularmente nas demonstrações de resultados e respectivas notas explicativas. A principal alteração apresentada pela IFRS 18 é a reestruturação das demonstrações de resultados das entidades. Com vistas a aumentar a comparabilidade entre entidades, esta norma introduz dois novos subtotais: Lucro operacional e Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social.	IAS 1	Norma	01/01/2027
---	--	-------	-------	------------

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

**4 Eventos significativos no exercício****4.1 Medidas regulatórias para o setor elétrico com impactos na Companhia**

Publicação	Descrição	Status
------------	-----------	--------

Resolução Normativa - REN nº 1.083 de 5 de fevereiro de 2024	Em 5 de fevereiro de 2024 foi publicada a PORTARIA Nº 2.737/SNTEP/MME aprovando o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI dos projetos de reforços e melhorias em instalações de transmissão de energia elétrica detalhados nos Anexos I a XIII da citada Portaria, incluindo a EDP Goiás.	A Companhia obteve o REIDI que traz benefícios tributários ao projeto.
--	--	--

**4.2 Reajuste tarifário**

Em 09 de julho de 2024, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.344, estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica, referente ao contrato de concessão 063/2001.

Em 16 de julho de 2024, foi homologada a Resolução Homologatória - REH nº 3.348, estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas - RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025, atualizado monetariamente com base no IPCA, cujo impacto foi de 5,60% de reajuste para a Companhia, conforme mencionado na nota 2.1.

**4.3 Aumento de capital**

A Companhia deliberou, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 30 de dezembro de 2024, pelo aumento de seu capital social dos atuais R\$328.750 para R\$520.750, sem a emissão de novas ações, sendo este aumento no valor de R\$192.000 integralizado naquela data, em moeda corrente nacional.

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Relacionamento	Duração	Ativo		Passivo		Resultado	
			Circulante		Não circulante		Receitas (Despesas) Operacionais	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	2024
Central Elétrica Jaú	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	19	23				130 133
Central Elétrica Aventura I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	5	7				37 38
Central Solar Pereira Barreto I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	8	10				55 56
Central Solar Pereira Barreto II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	13	14				55 56
Central Solar Pereira Barreto III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	8	10				55 56
Central Solar Pereira Barreto IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	8	10				55 56
Central Solar Pereira Barreto V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	7	8				47 48
Central Elétrica Jerusalém I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		7				36
Central Elétrica Jerusalém II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		7				36
Central Elétrica Jerusalém III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		7				36
Central Elétrica Jerusalém IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		7				36
Central Elétrica Jerusalém V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		7				36
Central Elétrica Jerusalém VI	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		8				41
Central Elétrica Monte Verde I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	13	15				88 83
Central Elétrica Monte Verde II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	13	15				92 83
Central Elétrica Monte Verde III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	11	14				81 72
Central Elétrica Monte Verde IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	9	21				61 114
Central Elétrica Monte Verde V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	6	8				44 41
Central Elétrica Monte Verde VI	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	9					61
Central Elétrica Boqueirão I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024		10				52
Central Elétrica Boqueirão II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024						
Central Elétrica Catanduva I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	9					19
Central Elétrica Catanduva II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	9					19
Monte Verde Solar II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	12					13
Monte Verde Solar III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	12					13
Monte Verde Solar IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	16					17
Monte Verde Solar V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	16					17
Monte Verde Solar VI	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024						
Monte Verde Solar VII	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	16					17
Central Solar Novo Oriente I	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	8					21
Central Solar Novo Oriente II	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	11					21
Central Solar Novo Oriente III	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	11					21
Central Solar Novo Oriente IV	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	9					12
Central Solar Novo Oriente V	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	5					30
Central Solar Novo Oriente VI	Parte Relacionada	01/06/2022 a 31/12/2024	5					9
			880	818	-	-	-	6.414 7.018

**Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)**

EDP-Energias do Brasil Controladora indireta 01/02/2022 a 31/12/2026 34 11 (155) (157)

**Compartilhamento de BackOffice (c)**

EDP-Energias do Brasil Controladora indireta 01/02/2022 a 31/12/2028 2.679 171 (2.679) (2.167)

**Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (d)**

EDP-Energias do Brasil Controladora indireta 01/01/2019 a 31/12/2027 158 158 (1.756) 695

1.541 1.553 158 2.713 182 (4.590) (1.629)

11.384 8.192 11.384

(\*) Em 22 de dezembro de 2023, a controladora EDP-Energias do Brasil alienou 80% do capital social da companhia Porto do Pecém, e consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

(\*\*) Em 20 de fevereiro de 2024, a controladora EDP-Energias do Brasil alienou a companhia EDP Transmissão SP-MG, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

(\*\*\*) Em 07 de junho de 2024, a controladora EDP-Energias do Brasil alienou a companhia Mata Grande Transmissora e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota 34.2.

As operações realizadas com as contrapartes informadas na Nota Expositiva 9 ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

**(a) Contratos de Prestação de serviços:** Os contratos têm por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, das linhas, subestações e equipamentos associados, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Goiás. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. Os contratos possuem vigência até 31 de dezembro de 2024.**(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** Os instrumentos têm por objetivo o rateio dos gastos com a locação de imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 2022, foi assinado o contrato de compartilhamento de Infraestrutura relacionado a atual sede da controladora EDP-Energias do Brasil, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 304, de 1º de fevereiro de 2022, com vigência até 31 de dezembro de 2026.

Em 2023 foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura, sendo o primeiro deles entre a EDP São Paulo e suas partes relacionadas e o segundo entre as partes que não necessitam da anuência prévia da ANEEL. Tais contratos vigoraram até 31 de dezembro de 2024 e não necessitaram da anuência prévia da ANEEL devido aos valores anuais desembolsados pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica serem inferiores ao limite que exige a aprovação prévia da Agência reguladora, conforme estabelece a REN nº 948/21.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

**(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de BackOffice, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc, compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas.

O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 66 de 15 de janeiro de 2025.

**(d) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos:** O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a controladora EDP-Energias do Brasil e suas controladas. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2027, conforme anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 459 de 1º de março de 2023.**9.1 Controladora direta e final**

A controladora direta da Companhia é a Pequena Central Hidrelétrica SL S.A. e a controladora final é a EDP-Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP-Energias de Portugal S.A.

**9.2 Remuneração dos administradores**

Nota	Directoria Estatutária	2024	2023
9.2.1		3.654 1.349	

Benefícios de curto prazo (b)

Benefícios - Previdência Privada 61 33

Remuneração baseada em ações 96 57

Total 3.811 1.500

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

**9.2.1 Remuneração**

A variação na Remuneração é devido ao aumento do número de diretores que em 2023 era composto por um único diretor e em 2024 passou a ser formado por dois.

**10 Estoques**

Matéria prima e insumos para produção de energia

Outros 7.092 9.116

Material de almoxarifado 444 3.891

Resíduos e sucatas 41 41

(-) Perda estimada na realização dos estoques (320) (320)

Total 7.257 12.728

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

O saldo de estoques refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da prestação dos serviços.

**11 Cauções e Depósitos Vinculados**

Refer-se à garantia exigida junto ao financiamento do Banco do Brasil. A Companhia tem a obrigação de manter durante todo o prazo de vigência, conta reserva com saldo mínimo de seis parcelas do serviço da dívida. O resgate no valor de R\$19.143, trata-se de um CDB que venceu no mês de maio e foi re aplicado no próprio mês.

**12 Ativos da concessão**

O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11, revogada pelas instruções CVM nº 122/22 e nº 128/22.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente,

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## 15.2 Movimentação do Imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Transferência para ativo da concessão	Reversão	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Imobilizado em serviço</b>							
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.110		2.666	(1.486)			3.290
Máquinas e equipamentos	5.696			(686)			5.010
Veículos	31			(17)			14
Móveis e utensílios	850			(57)			793
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<b>8.687</b>	-	<b>2.666</b>	<b>(2.246)</b>	-	-	<b>9.107</b>
<b>Ativos de direito de uso</b>							
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.867			(728)		(367)	1.772
Equipamentos de informática	275						275
Veículos	269			(114)			155
<b>Total Ativos de direito de uso</b>	<b>3.411</b>	-	-	<b>(842)</b>	-	<b>(367)</b>	<b>2.202</b>
<b>Imobilizado em curso</b>							
Edificações, obras civis e benfeitorias			(2.666)		2.666		
Máquinas e equipamentos	4.197	1.140					5.337
Outros	404						404
<b>Total do imobilizado em curso</b>	<b>4.601</b>	<b>1.140</b>	<b>(2.666)</b>	-	<b>2.666</b>	-	<b>5.741</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>16.699</b>	<b>1.140</b>	-	<b>(3.088)</b>	<b>2.666</b>	<b>(367)</b>	<b>17.050</b>

## 16.2.1 Ingressos

Os Ingressos referem-se, principalmente, à implantação de software, sendo os principais Integração dos Dados (PI System) e Implantação do SOC.

## 17 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são ajustados ao valor justo de acordo com o CPC 28 - Propriedade para investimento, com base em avaliações realizadas por avaliadores independentes após a aquisição da Companhia. O valor justo dos terrenos é determinado pelo método comparativo direto de dados de mercado que consiste em determinar o valor de mercado de um bem através da comparação com outros similares, através de seus preços de venda, tendo em vista as suas características semelhantes.

O montante em 31 de dezembro de 2024 de R\$18.599 (R\$40.208 em 31 de dezembro de 2023), refere-se aos imóveis recebidos como promessa de compra e venda, com anuência da CELGPAR, de acordo com o CPC 28 - Propriedade para investimento, de operações realizadas anteriormente a aquisição da controladora da Companhia, adicionado a alienação de parte destes terrenos ocorrida em 2024. Além disso, parte foi ajustada ao valor justo com base no referido CPC, pois foram considerados inservíveis à concessão da Celg Distribuição S.A., e repassados à EDP Goiás, conforme acordo de cisão ocorrido. Segue a movimentação do exercício:

	Saldos em 31/12/2023	Baixas (Nota 17.1)	Outros	Saldos em 31/12/2024
Terrenos	40.208	(16.853)	(4.756)	18.599

## 17.1 Baixas

Referem-se à venda de lotes localizados no Estado de Goiás.

## 18 Fornecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo de Materiais e serviços em 31 de dezembro de 2024 de R\$30.681 (R\$19.426 em 31 de dezembro de 2023) é composto, substancialmente, de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da linhas de transmissão e subestações sob concessão da Companhia.

## 16.1 Composição do Intangível

	31/12/2024			31/12/2023				
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
<b>Intangível em serviço</b>								
Software	20,00	2.931	(1.307)	1.624	20,00	2.316	(942)	1.374
<b>Total do Intangível em serviço</b>	<b>2.931</b>	<b>(1.307)</b>	<b>1.624</b>		<b>2.316</b>	<b>(942)</b>	<b>1.374</b>	
<b>Intangível em curso</b>								
Software	7.347			7.347	6.828			6.828
<b>Total do Intangível em curso</b>	<b>7.347</b>			<b>7.347</b>	<b>6.828</b>			<b>6.828</b>
<b>Total do Intangível</b>	<b>10.278</b>	<b>(1.307)</b>	<b>8.971</b>		<b>9.144</b>	<b>(942)</b>	<b>8.202</b>	
<b>16.2 Movimentação do Intangível</b>								
	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Intangível em serviço	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2024			
<b>Intangível em serviço</b>								
Software	1.374			614	(364)	1.624		
<b>Total do Intangível em serviço</b>	<b>1.374</b>		<b>614</b>		<b>(364)</b>	<b>1.624</b>		
<b>Intangível em curso</b>								
Outros Intangíveis em curso	16.2.1	6.828	1.133	(614)		7.347		
<b>Total do intangível em curso</b>	<b>6.828</b>	<b>1.133</b>	<b>(614)</b>			<b>7.347</b>		
<b>Total Intangível</b>	<b>8.202</b>	<b>1.133</b>		<b>(364)</b>		<b>8.971</b>		

## 20 Debêntures

## 20.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade nominal	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	31/12/2024		31/12/2023							
							Finalidade	Custo da dívida	Encargos	Principal						
<b>Moeda Nacional</b>																
Pentágono S.A.	Distribuidora de Instrução CVM nº 160/22	366.666	1.366.666	1.366.666	1ª emissão série 1 em 22/12/2023	22/12/2023 a 22/12/2028	Os recursos obtidos pela Emissora por meio das Debêntures serão utilizados para (i) investimentos em Capex e/ou (ii) refinanciamento e alongamento do prazo médio de seu passivo e/ou (iii) reforço de caixa e usos gerais corporativos	1,20% a.a. CDI + juros semestrais	CDI + Principal e juros semestrais	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	924 52.381 314.285 367.590					
(-) Custos de emissão							Amortização mensal		(694)	(1.039) (1.733)	(1.121) (2.500) (3.621)					
Pentágono S.A.	Distribuidora de Instrução CVM nº 160/22	183.334	1.183.334	1.183.334	1ª emissão série 2 em 22/12/2023	22/12/2023 a 22/12/2030	Os recursos obtidos pela Emissora por meio das Debêntures serão utilizados para (i) investimentos em Capex e/ou (ii) refinanciamento e alongamento do prazo médio de seu passivo e/ou (iii) reforço de caixa e usos gerais corporativos	1,40% a.a. CDI + juros semestrais	Principal e juros semestrais	a. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	468 16.667 166.667 183.802					
(-) Custos de emissão							Amortização mensal		(270)	(677) (947)						
<b>Total geral</b>									<b>1.392</b>	<b>68.084</b>	<b>479.236</b>	<b>548.712</b>	<b>268</b>	<b>98.404</b>	<b>447.975</b>	<b>546.647</b>

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeira na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias das debêntures mencionadas acima, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$551.392 (R\$550.268 em 31 de dezembro de 2023).

## 20.2 Movimentação das debêntures no exercício

	Valor líquido em 31/12/2023	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Circulante</b>						
Debêntures Principais	99.525			(30.477)		69.048
Juros	268	(64.419)	65.543			1.392
Custo de transação	(1.121)			(784)	941	(964)
	<b>98.672</b>	<b>(64.419)</b>	<b>65.543</b>	<b>(31.261)</b>	<b>941</b>	<b>69.476</b>
<b>Não circulante</b>						
Debêntures Principais	450.475			30.477		480.952
Custo de transação	(2.500)			784		(1.716)
	<b>447.975</b>			<b>31.261</b>		<b>479.236</b>
<b>20.3 Vencimento das parcelas</b>						
	Vencimento					
<b>Circulante</b>						

**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**21.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

	Valor líquido em 31/12/2023	Juros provisó- riamente nados	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos					
Principal	11.553	(10.743)	9.769	173	10.752
Juros	562	(5.845)	5.826		543
Custo de transação	(125)		(126)	126	(125)
	<b>11.990</b>	<b>(16.588)</b>	<b>5.826</b>	<b>126</b>	<b>11.170</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos					
Principal	63.715		(9.769)		53.946
Custo de transação	(764)		126		(638)
	<b>62.951</b>		<b>(9.643)</b>		<b>53.308</b>

**21.3 Vencimento das parcelas**

	Vencimento	Total
<b>Circulante</b>		
2025		11.170
		<b>11.170</b>
<b>Não circulante</b>		
2026		10.627
2027		10.627
2028		10.627
2029		10.627
2030 até 2034		10.800
		<b>53.308</b>
<b>Total</b>		<b>64.478</b>

**22 Benefícios pós-emprego**

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 110/22, a contabilização de Benefícios pós-emprego deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência, a Companhia contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial para o plano de Assistência médica, segundo o Método do Crédito Unitário Projeto, sendo as últimas efetuadas para a data-base de 31 de dezembro de 2024.

A Companhia reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

Para os casos em que o plano se torna superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

A Companhia, através da Fundação CELG de Seguros e Previdência (ELETRA), oferece aos seus empregados o Plano Misto de Benefícios, instituído a partir de setembro de 2000, na característica CD, durante o período de acumulação e de benefício definido na fase de pagamento. A referida controlada tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade durante a fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a controladora assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrelevância. As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados. Para o exercício findo em 31 de dezembro, o Valor Presente das Obrigações (VPO) dos planos é zero, uma vez que, o superávit atuarial está integralmente destinado a cobrir as garantias e revisões dos benefícios, não configurando um benefício econômico futuro para a patrocinadora dos planos.

	Circulante	Não circulante
	31/12/2023	31/12/2023
Contribuição definida	20	207
	<b>20</b>	<b>207</b>

**22.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão**

São administrados pela Eletra - Fundação Celg de Seguros e Previdência, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos seus empregados.

**22.1.1 Planos de Benefício definido**

• Plano Misto de Benefícios estruturado na modalidade de Benefício definido (instituído em setembro de 2000): A Companhia tem responsabilidade no plano original de benefício definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No plano misto, a responsabilidade da Companhia na fase de acumulação é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrelevância. Os planos da Companhia possuem as seguintes características:

(i) CelgPrev - Grupo de custeio CV: É um plano do tipo Contribuição Definida, também conhecido como CD, para as suplementações de aposentadoria por tempo de serviço ou de contribuição, por idade ou especial, que nada mais é do que uma poupança individual, onde serão investidos dois tipos de contribuições: as realizadas pela patrocinadora e as que você faz. O benefício que você pode receber ao se aposentar dependerá do volume de contribuições, do tempo de pagamento e dos resultados dos investimentos.

A outra parte é do tipo benefício definido, para os benefícios de invalidez e pensão por morte, onde se garante o cálculo do benefício por uma fórmula, previamente estabelecida no Regulamento do CelgPrev.

(ii) Eletra 01 - Grupo de Custeio BD: Neste conjunto de benefícios, temos 7 (sete) espécies de suplementações, sendo 6 (seis) de aposentadorias, 1 (uma) de pensão, 1 (uma) de auxílio-doença.

A Fundação oferece aos aposentados e pensionistas o abono anual, que é uma 13ª parcela, paga em dezembro, sendo prevista a proporcionalidade nos casos em que o benefício iniciou no decorrer do exercício. Os benefícios da Eletra do plano BD são reajustados no mês de maio, pela variação do INPC acumulado no período anterior, recebendo, os benefícios iniciados após o mês de maio do ano anterior, reajustes proporcionais de acordo com a sua data de início do benefício.

**22.1.1.1 Avaliação atuarial**

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência. As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade do Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B) com *duration similar* a do benefício, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditadas pelos fluxos atuariais futuros.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2024 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se superavitário.

**22.1.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais**

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento do ativo	Ativo reconhecido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(13.964)	13.774	(37)	(227)
Custo do serviço corrente	(7)			(7)
Custo dos juros	(970)	957		(13)
Ganhos/(perdas) atuariais	(219)	2.025	(1.564)	242
Contribuições pagas pela Companhia	5			5
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<b>(15.155)</b>	<b>16.756</b>	<b>(1.601)</b>	<b>-</b>

As contribuições da Companhia pagas neste plano para o exercício de 2024 é de R\$5.

O saldo de ganho atuarial em 31 de dezembro de 2024, líquido de Imposto de renda e Contribuição social, é de R\$242 (R\$78 em 31 de dezembro de 2023).

**22.1.1.3 Vencimentos dos planos de benefício**

Os vencimentos do plano de benefício, calculado nas avaliações atuariais, estimam o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

	CELGPREV	ELETRA 01
<b>Circulante</b>		
2025	911	120
	<b>911</b>	<b>120</b>
<b>Não circulante</b>		
2026	959	126
2027	1.008	132
2028	1.058	138
2029	1.108	143
2030 a 2034	6.259	798
	<b>10.392</b>	<b>1.337</b>
<b>Total</b>		<b>11.303</b>
		<b>1.457</b>

**22.1.1.4 Despesas líquidas**

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	Nota	2024	2023
<b>Circulante</b>			
2025			
<b>Não circulante</b>			
2026			
2027			
2028			
2029			
2030 a 2034			
<b>Total</b>			

**22.1.1.5 Participantes**

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	2024	2023
	CELGPREV	ELETRA 01
<b>Participantes ativos</b>	23	29
<b>Participantes assistidos</b>		
Aposentados e pensionistas	1	14
	<b>1</b>	<b>14</b>
<b>Total</b>		
	<b>1</b>	<b>37</b>
		<b>43</b>
		<b>1</b>

**22.1.1.6 Análise de sensibilidade**

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

	Obrigações dos planos




<tbl\_r cells="2" ix="4" maxc

NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidas pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	<b>Nota</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Receita de construção	12 e 26.1	161.355	265.414
Atualização dos Ativos da concessão	12	233.716	211.299
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	26.2	298.970	121.831
Arrendamentos e aluguéis		656	
Parcela Variável	14	77.355	20.390
Outras receitas operacionais		6.632	8.346
<b>Receita operacional bruta</b>		<b>778.684</b>	<b>627.280</b>
(-) Deduções à receita operacional			
Tributos sobre a receita			
PIS/COFINS		(70.281)	(58.036)
ISS		(341)	(546)
Encargos do consumidor		(70.622)	(58.582)
P&D		(5.208)	(2.503)
CDE		(15.755)	(18.134)
PROINFA - Consumidores Livres		(3.935)	(5.027)
Outros encargos		(1.436)	(1.112)
<b>Receita</b>		<b>681.728</b>	<b>541.922</b>

**26.1 Receita de construção da Infraestrutura da Concessão**

A redução no exercício deve-se, principalmente aos ganhos em 2023 com receita incremental por obras de ampliação (homologados pelas resoluções autorizativas n°s 11.645 e 8.614) e ao investimento ocorrido em 2023 para obra de ampliação na subestação Xavantes, os mesmos ganhos não aconteceram em 2024 gerando uma variação relevante entre os exercícios.

**26.2 Receita de Operação e Manutenção (O&M)**

O aumento no exercício deve-se, principalmente, à receita em 2024 com obtenção de parcela de ajuste ativa por meio da revisão tarifária periódica (que, através de incremento na RAP, endereça tempo em que ativos energizados durante o intervalo 2019-2023 estiveram operantes, porém, ainda não remunerados, seja pelo tradicional intervalo de tempo entre as revisões periódicas ou pela postergação de um ano da RTP do ano base 2023).

**27 Custo de construção da infraestrutura da concessão e Custo da operação****27.1 Custo de construção da infraestrutura da concessão**

	<b>Nota</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Edificações, obras civis e benfeitorias	27.1.2	640	
Máquinas e equipamentos	27.1.1	139.079	175.134
Móveis e utensílios		18	356
Adiantamento a fornecedores			85
Outros		1.306	
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>141.043</b>	<b>175.575</b>

**27.1.1 Máquinas e equipamentos**

A variação refere-se aos custos associados à modernização e atualização de subestações das linhas de transmissão, principalmente nas linhas de Xavantes, Goiânia Leste e Cachoeira Dourada.

**27.1.2 Edificações, obras civis e benfeitorias**

A variação refere-se à aquisição de torres e melhorias na subestação de Goiânia Leste.

**27.2 Custo de operação**

	<b>Nota</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	28.1	40.591	38.358
Material		2.120	1.945
Serviços de terceiros	28.2	23.557	9.632
Depreciação - Imobilizado em serviço		2.246	644
Depreciação - Ativos de direito de uso		364	(1.207)
Amortização			424
Arrendamentos e aluguéis			(56)
Outras			(271)
<b>Total</b>		<b>68.878</b>	<b>49.469</b>

**28 Despesas e Receitas operacionais**

As Despesas e receitas operacionais são reconhecidas e mensuradas: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

**Despesas operacionais****28.1 Pessoal****28.2 Serviços de terceiros****28.3 Resultado Financeiro****28.4 Impostos de renda e Contribuição social****28.5 Resultado por ação****28.6 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos****28.7 Custo de construção da infraestrutura da concessão e Custo da operação****28.8 Despesas e Receitas operacionais****28.9 Resultado Financeiro****28.10 Impostos de renda e Contribuição social****28.11 Resultado por ação****28.12 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos****28.13 Custo de construção da infraestrutura da concessão e Custo da operação****28.14 Despesas e Receitas operacionais****28.15 Resultado Financeiro****28.16 Impostos de renda e Contribuição social****28.17 Resultado por ação****28.18 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos****28.19 Custo de construção da infraestrutura da concessão e Custo da operação****28.20 Despesas e Receitas operacionais****28.21 Resultado Financeiro****28.22 Impostos de renda e Contribuição social****28.23 Resultado por ação****28.24 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos****28.25 Custo de construção da infraestrutura da concessão e Custo da operação****28.26 Despesas e Receitas operacionais****28.27 Resultado Financeiro****28.28 Impostos de renda e Contribuição social****28.29 Resultado por ação****28.30 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos****28.31 Custo de construção da infraestrutura da concessão e Custo da operação****28.32 Despesas e Receitas operacionais****28.33 Resultado Financeiro****28.34 Impostos de renda e Contribuição social****28.35 Resultado por ação****28.36 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos****28.37 Custo de construção da infraestrutura da concessão e Custo da operação****28.38 Despesas e Receitas operacionais****28.39 Resultado Financeiro****28.40 Impostos de renda e Contribuição social****28.41 Resultado por ação****28.42 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos****28.43 Custo de construção da infraestrutura da concessão e Custo da operação****28.44 Despesas e Receitas operacionais****28.45 Resultado Financeiro****28.46 Impostos de renda e Contribuição social****28.47 Resultado por ação****28.48 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos****28.49 Custo de construção da infraestrutura da concessão e Custo da operação****28.50 Despesas e Receitas operacionais****28.51 Resultado Financeiro****28.52 Impostos de renda e Contribuição social****28.53 Resultado por ação****28.54 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos****28.55 Custo de construção da infraestrutura da concessão e Custo da operação****28.56 Despesas e Receitas operacionais****28.57 Resultado Financeiro****28.58 Impostos de renda e Contribuição social****28.59 Resultado por ação****28.60 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos****28.61 Custo de construção da infraestrutura da concessão e Custo da operação****28.62 Despesas e Receitas operacionais****28.63 Resultado Financeiro****28.64 Impostos de renda e Contribuição social****28.65 Resultado por ação****28.66 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos****28.67 Custo de construção da infraestrutura da concessão e Custo da operação****28.68 Despesas e Receitas operacionais****28.69 Resultado Financeiro****28.70 Impostos de renda e Contribuição social****28.71 Resultado por ação****28.72 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos****28.73 Custo de construção da infraestrutura da concessão e Custo da operação****28.74 Despesas e Receitas operacionais****28.75 Resultado Financeiro****28.76 Impostos de renda e Contribuição social****28.77 Resultado por ação****28.78 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos****28.79 Custo de construção da infraestrutura da concessão e Custo da operação****28.80 Despesas e Receitas operacionais****28.81 Resultado Financeiro****28.82 Impostos de renda e Contribuição social****28.83 Resultado por ação****28.84 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos****28.85 Custo de construção da infraestrutura da concessão e Custo da operação****28.86 Despesas e Receitas operacionais</b**

## NOTAS EXPLICATIVAS

### EXERCÍCIO FIMD O 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.  
A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2024, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2024						31/12/2023											
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total		Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total			
<b>Passivos financeiros</b>																		
Fornecedores	518	3.086	27.077				30.681	19.426										
Outras contas a pagar - Partes relacionadas							2.713	182										
Debêntures				69.476	479.236				548.712	546.647								
Empréstimos e financiamentos	1.439	2.688	7.043	51.917	1.391		64.478	74.941										
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	6.007	10.942	51.479	92.240	33.633		194.301	239.616										
Arrendamentos e aluguéis	81	80	816	1.410	(293)		2.094	3.293										
Licenças ambientais	65	1.914	418	1.081	92	(228)	3.342	3.034										
	<b>8.110</b>	<b>18.710</b>	<b>156.309</b>	<b>628.597</b>	<b>35.116</b>	<b>(521)</b>	<b>846.321</b>	<b>887.139</b>										

#### 32.2.3 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

*Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparece descrita individualmente na nota 20. Até a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 33) para a rubrica de Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas em sua maioria aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

#### 32.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

##### • Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

#### 32.2.5 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL, AGR) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, EPE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades. A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

#### 32.2.6 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a controladora final EDP - Energias do Brasil, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos das suas operações. Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe àquele que direta ou indiretamente causa degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Segurança, Qualidade e Sustentabilidade da controladora final, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

#### 32.2.7 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura

A Companhia poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em perdas na recuperação do Ativo da Concessão, custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, está sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de qualquer dos equipamentos adquiridos pela Companhia, esta poderá não ser capaz de adquirir tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação de serviços de transmissão de energia elétrica pela Companhia poderá ser afetada de forma relevante, e a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Visando mitigar este risco a Companhia adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de *performance*, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente, a Companhia procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não representa mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de *Compliance*.

#### 32.2.8 Risco técnico

A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

Para tanto, a Companhia contratou seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 35).

#### 32.2.9 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

	31/12/2024	31/12/2023
Total dos empréstimos e debêntures	613.190	621.588
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(74.750)	(640.437)
(-) Cações		
Dívida líquida	<b>538.440</b>	<b>(31.007)</b>
Total do Patrimônio Líquido	871.937	805.526
Total do capital	<b>1.410.377</b>	<b>774.519</b>
Índice de alavancagem financeira - %	38,18%	-4,00%

#### 33 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

##### 33.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz

Presidente

Daniel Bruder Silveira Sarmento

Vice-Presidente

Maria Marta de Figueiredo Geraldes

Conselheira

#### DIRETORIA EXECUTIVA

Daniel Bruder Silveira Sarmento

Diretor-Presidente

Júlio César de Andrade

Diretor de Relações Institucionais

André Caetano Rocha de Andrade

Diretor de O&amp;M e de Obras, Reforços e Melhorias

Rafael Holanda Moura

Diretor Administrativo e Parcerias

#### CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamontte

Diretor - Accounting SA

Alfredo Antonio Tessari Neto

Contador - CRC 1SP176534/O-5 "S" GO

#### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

EDP Transmissão Goiás S.A.

##### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Transmissão Goiás S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

##### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao long

# Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 ( America/Sao\_Paulo)

Última atualização em 31 Março 2025, 08:02:51



**Documento:** BALANÇO EPD - DIGITAL - 31-03 (1).Pdf

**Número:** 4da5e893-c9f8-47f8-a3fd-931b42044fcf

**Data da criação:** 31 Março 2025, 08:02:33

**Hash do documento original (SHA256):** b3c789073be3b5a42d82333a6f361bccb229837b1f88458a945f36a26c099c53



## Assinaturas

**FATURAMENTO@OHOJE.COM.BR**

Certificado digital. Verifique se já assinou com [ITI](#) ou [verificador ZapSign](#).

## INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 4da5e893-c9f8-47f8-a3fd-931b42044fcf, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em [zapsign.com.br](#)

ZapSign 4da5e893-c9f8-47f8-a3fd-931b42044fcf. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.